

PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA, ARTES E FILOSOFIA

QUEM NÃO ESCREVE, NÃO CONTA SUA HISTÓRIA.

MARCO ANTONIO CARLOS COTRIM

Orientador: Prof. Dr. João Henrique Salles Jung

2024

RESUMO

Este ensaio propõe uma reflexão sobre a potencialidade da Escrita Criativa como ferramenta educacional voltada à educação básica. A Escrita Criativa no Brasil evoluiu de experiências pessoais e artesanais para cursos universitários de graduação e pós-graduação. Na educação básica, a trajetória foi diferente; além de não se constituir em disciplina componente da grade curricular, a literatura sobre o assunto não é tão abundante. Essa ausência causou estranheza: por que não utilizar a Escrita Criativa em um momento de aprendizado tão rico quanto o período de desenvolvimento da criança e do jovem? Considerando que a educação básica brasileira é conservadora e ineficiente, conforme demonstrado neste trabalho, talvez a Escrita Criativa possa contribuir para uma ação transformadora na construção do pensamento das crianças e jovens curiosos e ansiosos pelo aprendizado do mundo. Além das razões expostas, as quais motivaram esta reflexão, as fontes consultadas foram unânimes em corroborar o potencial da Escrita Criativa em seu papel transformador e em sua capacidade de oferecer protagonismo aos educandos; e de transformá-los de objetos receptores de conhecimento produzido por outros, em cidadãos-sujeitos, capazes de ler e escrever o mundo.

Palavras-chave: Escrita Criativa; Educação; Escrita Criativa na educação básica; Ler e escrever o mundo.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO: CONSERVADORISMO E INEFICIÊNCIA	5
3. A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO: DESEMPENHO.....	6
4. ESCRITA CRIATIVA NO BRASIL.....	8
5. ESCRITA CRIATIVA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: EXPERIÊNCIAS BRASILEIRAS.....	9
6. CONCLUSÃO.....	11
REFERÊNCIAS.....	13

INTRODUÇÃO

O objetivo deste ensaio é refletir sobre uma possível contribuição da Escrita Criativa¹ para a construção de uma educação brasileira transformadora.

Todavia, já surge o primeiro obstáculo: a expressão educação transformadora é pleonástica vez que toda educação deve ser transformadora. Para demonstrar a utilidade da proposta inicial, devo estabelecer alguns pressupostos, que serão detalhados e fundamentados adiante.

A etimologia da palavra educar, do latim *educare* - união do prefixo *ex (fora)* com o verbo *ducere (conduzir)* – traz os seguintes questionamentos: conduzir quem? para fora de onde? Conduzir o educando para fora de si mesmo, para a realidade circunjacente, para o mundo. Isto diz respeito à condução do educando em direção ao conhecimento do mundo e à transformação mútua, dele e do mundo.

Paulo Freire já nos ensinou que aprendemos a “ler” o mundo muito antes de adquirir as habilidades de ler e escrever (Freire, 1989). Entretanto, tal leitura é insuficiente, há que se conhecer mais e melhor.

Desde muito pequenos aprendemos a entender o mundo que nos rodeia. Por isso, antes mesmo de aprender a ler e a escrever palavras e frases, já estamos “lendo”, bem ou mal, o mundo que nos cerca. Mas este conhecimento que ganhamos de nossa prática não basta. Precisamos de ir além dele. Precisamos de conhecer melhor as coisas que já conhecemos e conhecer outras que ainda não conhecemos. (Freire, 1989, p. 40).

O mesmo autor oferece uma reflexão sobre o papel transformador da educação, quando trata da curiosidade inerente ao ser humano, a “curiosidade que indaga e que busca conhecimento” (Freire, 1996). Se o processo educacional nos estimula a acrescentar algo ao mundo, e efetivamente o fazemos, transformaremos o mundo ao mesmo tempo que ocorre a nossa própria transformação:

A curiosidade como inquietação indagadora, como inclinação ao desvelamento de algo, como pergunta verbalizada ou não, como procura de esclarecimento, como sinal de atenção que sugere alerta faz parte integrante do processo vital. Não haveria criatividade sem a curiosidade que nos move e que nos põe pacientemente impacientes diante do mundo que não fizemos, acrescentando a ele algo que fazemos. (Freire, 1996, p. 15)

A primeiro pressuposto a justificar esta reflexão trata da História, que foi e continua sendo escrita pelos vencedores; e abrange a fatia da realidade que interessa àqueles que a escrevem. Se a prerrogativa de escrever fosse estendida a todos, a somatória dos milhares de histórias contadas poderia mostrar milhares de fatias da realidade e, talvez, uma aproximação da verdadeira História de cada época.

A realidade não é escrita em branco e preto, mas a capacidade de observar suas várias tonalidades, precisa ser pacientemente adquirida, não é inata.

A educação formal brasileira, conservadora e insuficiente de acordo com os trabalhos e dados comentados adiante, é outra conjectura motivadora desta proposta de reflexão. Sendo a educação, insuficiente, não forma um cidadão completo, pleno de direitos e deveres, capaz de

¹ Doravante referida como EC

viver e conviver civilizadamente na *civitas* (no sentido estrito de cidade). Sendo conservadora, nada transforma.

Esta reflexão sobre o tema, abrange a educação pré-universitária, por dois motivos: o primeiro, por tratar de crianças e jovens ainda não completamente formados do ponto de vista intelectual e cultural; pessoas a quem a educação poderá acrescentar valores, padrões éticos, consciência política e social, capacitando-os a escrever o mundo. O outro motivo para a escolha desse segmento foi escassez de experiências brasileiras na utilização da EC para a educação básica. Por outro lado, sua presença na educação universitária é abundante e a PUC-RS é exemplo de pioneirismo e êxito nesse campo.

Finalmente, penso que não é bastante aprender a ler o mundo (Freire, 1989), é preciso escrevê-lo. E aqui, o verbo escrever transcende o seu sentido comum de transformar sons, pensamentos, imagens e sensações em palavras escritas e compreensíveis; significa capacidade de mudar o mundo e realizar a tarefa citada retro, proposta por Paulo Freire: acrescentar algo que fazemos ao mundo feito por outros (Freire, 1996).

Sobrevém o âmagô da questão: pode a EC contribuir para a condução de jovens educandos brasileiros para fora de si, pode ensiná-los a contar suas histórias e, portanto, escrever o mundo?

A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO: CONSERVADORISMO E INEFICIÊNCIA

Expressar o pensamento sobre o conservadorismo e a ineficiência na educação, pode parecer excessivo para caracterizar uma nuance da nossa sociedade dotada de muitos nichos de excelência e muitas experiências inovadoras. Entretanto, quando consideradas as dimensões e a importância da educação para as pessoas que aqui vivem e para o nosso país, há que se apurar o olhar crítico.

Não será necessário pesquisa complexa para elaborar um discurso de crise na educação, basta consultar dados atualizados do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) ou do PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes).

Por outro lado, deve-se ter cautela quanto às críticas, as quais podem resultar na “retórica da modernização conservadora” conforme ensina Marília Gouveia de Miranda em artigo para a Revista Retratos da Escola. O artigo retro citado afirma que as soluções apresentadas pela “retórica conservadora” se constituem de medidas que aprofundam a crise estrutural da educação e deslocam seu eixo para o tecnicismo e a meritocracia (Miranda, 2016, p. 567-579).

A escola deixa o seu papel de formadora/transformadora e assume caráter meramente utilitário; a gestão gerencial por resultados transforma os alunos em produtos a serem entregues ao mercado.

Sob este aspecto, deve ser ressaltado que a educação, na verdade, encontra-se entre duas crises: uma, de eficiência, mesmo se analisada apenas pelo olhar utilitário: e outra, a crise estrutural. Esta última, sem dúvida, mais grave que a primeira.

Não é diferente o pensamento de Paulo Freire quando trata do mesmo assunto: “A concepção bancária da educação como instrumento de opressão”:

Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção bancária da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. Margem para serem colecionadores

ou fichadores das coisas que arquivam. No fundo, porém, os grandes arquivados são os homens. (Freire, 2013, p. 72).

Sendo mero depósito de informações a serem repetidas quando solicitadas, o educando não haverá de transformar o mundo e a ele acrescentar algo de sua autoria, apenas repetirá, passivamente, o que lhe foi colocado na cabeça (Freire, 2013). Decorre que a educação nada pode transformar, se o educando é impedido de agir no mundo para transformá-lo. Este conceito vem de meados do século passado e algo poderia ter mudado, mas isso não ocorreu.

Um sinal do conservadorismo da educação pode ser demonstrado pela observação dos seus mecanismos de financiamento. A escola pública básica regrediu e perdeu capacidade, espaço que foi preenchido pela gestão privada com ensino, geralmente, de boa qualidade e altos preços.

Embora seja uma crítica frequente o fato de os sucessivos governos oferecerem recursos insuficientes à escola básica (ensino fundamental e médio); relativamente às universidades públicas, é fato notório que parte do ensino superior público mantém a capacidade de ofertar educação de boa qualidade, o que resulta em um paradoxo relativo ao financiamento da educação: os jovens de classes abastadas fogem da escola pública básica (qualidade insuficiente) para as dispendiosas escolas privadas fundamentais e médias, adquirem boa formação e garantem o acesso às melhores universidades públicas. Caso continuassem nas boas universidades particulares, pagando seus custos, tudo estaria dentro da normalidade: preços caros para bons produtos. Não é o que acontece. As universidades públicas gratuitas que, geralmente, oferecem ensino de boa qualidade, preenchem suas vagas com jovens de classes socioeconômicas superiores e melhor formação básica.

Essa educação superior pública, financiada com o dinheiro de todos os contribuintes, radicaliza o desequilíbrio educacional, pois oferece educação de qualidade, gratuitamente, a quem poderia pagar por ela. Os jovens saídos das universidades públicas irão para os níveis superiores da economia (melhor renda) e repetirão o processo com seus filhos; perpetuando o ciclo vicioso e conservando o saber acadêmico no topo da pirâmide social. Este mecanismo, além de conservador, é assimétrico no que respeita à aplicação dos recursos públicos: toda a população financia excelência educacional para aqueles que poderiam pagar por sua educação.

Esse ciclo perverso repete um fato histórico: o letramento e a ilustração da mente humana com o conhecimento foram, historicamente, restritos às poucas parcelas privilegiadas das sociedades, enquanto as grandes massas continuaram destituídas de qualquer conhecimento além daquele necessário à sobrevivência.

A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO: DESEMPENHO

Os dados do Censo de 2022, recentemente divulgados pelo IBGE mostram queda da taxa de analfabetismo de 9,6% em 2010 para 7% em 2022, considerando pessoas de quinze anos ou mais. O percentual de analfabetos diminuiu; entretanto, restam mais de onze milhões de compatriotas adultos, incapazes de ler um bilhete ou escrever um cartão. Além da elevada taxa de analfabetos, o desempenho dos escolarizados nos coloca em níveis baixos de classificação nas comparações internacionais como o PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos); ou nas medidas de desempenho nacional como o IDEB (Índice de Desempenho da Educação Básica).

O artigo *Análise do desempenho da educação brasileira baseada nos indicadores oficiais PISA e IDEB*, de autoria de Cristina Nunes Rocha, Ana Maria Pires Novais e Kátia Eliane Santos Avelar, analisa os resultados do IDEB entre 2007 e 2017 e do PISA entre 2015 e

2018. O objetivo desse estudo foi comparar os resultados nacionais da educação básica com as metas projetadas pelo PNE- Lei nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação, estabelecido pela Lei nº 13.005/2014), que estabelece diretrizes e metas para a educação básica, bem como seu acompanhamento e reavaliação periódicos (ROCHA, NOVAIS e AVELAR, 2020).

Entre as conclusões apresentadas, destaco dois comentários: o primeiro sobre a manutenção da alta taxa de analfabetismo e outro sobre gastos governamentais com educação:

As evidências apontadas neste artigo de revisão indicam que o Brasil está atrasado na alfabetização da massa popular, com 11,3 milhões de analfabetos em 2019.

Ao analisar os gráficos, tabelas e quadros, observou-se que a maior dificuldade apresentada pelos alunos está nas etapas dos anos finais do ensino fundamental e ensino médio com baixos índices de aprendizagem.

Por fim, conclui-se que a melhoria do ensino não está ligada somente aos investimentos financeiros, pois de acordo com o estudo apresentado, o Brasil investiu 6,2% do PIB na educação de 2015 a 2018, taxa superior à média de investimentos dos países da OCDE. O desempenho educacional é influenciado por fatores que vão além da sala de aula, como por exemplo, o desvio de verbas escolares, violência, má distribuição de renda, desmotivação dos docentes, falta de acompanhamento familiar, fome e miséria, além do grau de instrução dos pais. Observa-se a necessidade de aprimoramento das políticas e processos educacionais para o setor público, buscando nivelar a aprendizagem do ensino das elites e dos mais vulneráveis. (ROCHA, NOVAIS e AVELAR, 2020. v.4, n.3, set./dez. 2020, p.71-92).

As observações sobre o artigo precedente permitem inferir que o problema educacional não está isolado dos outros problemas da nossa sociedade. Ainda que tomemos apenas indicadores gerenciais para avaliação dos alunos, que serão entregues ao mercado de trabalho como um produto de boa ou má qualidade; os índices educacionais insatisfatórios mostram atrasos importantes no cumprimento das metas educacionais estabelecidas em lei, ou seja: o produto da indústria educacional brasileira é de qualidade insuficiente.

Embora não se possa categorizar a educação sob olhar econômico apenas, esta é outra distorção grave observada quando se analisam os gastos educacionais, conforme conclui o estudo citado: no período considerado, o Brasil investiu em educação, em taxas superiores à média dos países da OCDE; e os resultados correspondentes não melhoraram na mesma proporção do aumento dos gastos, como demonstram as autoras citadas retro. Assim, não somente o produto — educação — é insatisfatório, como os investimentos são mal direcionados e não resultam em melhoria significativa do processo (ROCHA, NOVAIS e AVELAR, 2020)..

Esse fato é corroborado pelas palavras de Antônio J. Severino:

Entretanto, qual a realidade histórico-social encontrada no Brasil, neste atual momento? Como andam essas mediações nas quais cabe a educação investir? Segundo o Relatório das Nações Unidas, com a avaliação do IDH ¾ Índice de Desenvolvimento Humano ¾, recém-lançado, o Brasil regride para o rol dos países de desenvolvimento médio, passando a ocupar o 79º lugar entre 174 países avaliados. Parece até uma boa colocação, não fosse o fato de que essa posição não decorre da carência de recursos objetivos. Se estes fossem levados em conta, o país precisaria estar colocado entre os 30 primeiros países do planeta. O trágico é que esta posição representa termos de selvageria na distribuição dos bens materiais e culturais de que o país dispõe, provocando um grave nível de desumanização. (SEVERINO, 2000, p. 65-71).

Nenhum ser humano é um produto e o gasto público ou privado em educação não pode ser considerado um investimento a ser recuperado de alguma forma. Esta visão reducionista da dimensão humana da educação parece perigosa e aprofunda dúvidas em vez de esclarecê-las.

Um outro olhar sobre a crise educacional brasileira classifica como alarmantes os dados extraídos do SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) 2017. Adauto Locatelli Taufer

diz que é sabido, por dados de pesquisas estrangeiras e brasileiras, ser o Brasil um país em que se escreve mal e se lê pouco (Taufer, 2019). Do mesmo trabalho, retiro o excerto abaixo:

Para isso, valho-me dos dados extraídos do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) 2017. A figura a seguir apresenta dados alarmantes, divulgados, no mesmo ano, pelo Ministério da Educação (MEC), em relação ao nível insuficiente de proficiência dos alunos em LPL (Língua Portuguesa e Literatura) e Matemática.

De acordo com as informações contidas nos gráficos, para os alunos do 5º e 9º ano do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio: 7 entre 10 alunos do 3º ano do ensino médio apresentaram níveis insuficientes de proficiência nesses dois componentes curriculares.

O dado mais contundente apresentado nos gráficos do 3º ano do ensino médio, é que menos de 4% dos estudantes dessa etapa têm conhecimento adequado nestas disciplinas. Especificamente para o caso de Língua Portuguesa e Literatura, os dados revelam que os estudantes têm conhecimentos bastante rudimentares em relação às habilidades de leitura e escrita (Taufer 2019, p. 123-146).

Embora eu não possa classificar este estudo como um olhar profundo sobre a educação brasileira, esta pequena pesquisa sobre a matéria modificou as nuances que eu conseguia distinguir, decorrentes do noticiário comum e dos dados publicados pelo IBGE. Agora, um olhar menos enviesado, modificou minha forma de pensar o assunto e trouxe-me a lembrança um diálogo ocorrido há muitos anos. Ouvi do interlocutor a seguinte afirmação: “Se a educação cumprisse suas promessas, nossos governantes seriam de melhor qualidade, vez que a maioria deles é gente letrada, quando não políglotas e acadêmicos; e veja em que pé estamos!” Não tive argumento para concordar ou discordar. Agora, aprendi algo, e posso concluir que aquele interlocutor tinha razão: a nossa educação não tem contribuído de maneira generosa com a civilização, e ironicamente, tem influenciado no destino do brasileiro de modo a mantê-lo exatamente onde se encontra, em cada momento histórico.

ESCRITA CRIATIVA NO BRASIL

Chega o momento de voltar ao assunto introdutório desta reflexão, que é a EC. Qual o seu potencial na mitigação dos problemas educacionais? O que há de mágico na EC que a levou para a Academia e para algumas experiências na educação básica?

Inicialmente, é apropriado elaborar algum conceito sobre o que é a EC e como pode ser definida, para que saibamos, exatamente, sobre o que estamos refletindo. A resposta é frustrante: a literatura sobre o assunto apresenta tantas definições quanto são os autores dos trabalhos. Quando temos muitas definições para a mesma coisa, sabemos que não há definição alguma, o que fazer? Buscar a melhor aproximação do conceito sobre o qual se quer tratar.

O socorro veio do ensaio intitulado: “Do que estamos falando quando falamos de Escrita Criativa”, de Luís Roberto Amabile.

É disso que estou falando quando falo de Escrita Criativa: de um ambiente que estimule a leitura, a pesquisa e, sobretudo, a produção de textos com recursos literários, tanto no campo da ficção quanto no da não ficção. Se isso não ocorre, a oficina, o curso livre, o curso de graduação ou o programa de pós-graduação não funcionam. Vou além: se isso não ocorre, a Escrita Criativa não ocorre. (Amabile, 2020, p. 146).

Feita esta aproximação sobre o que devemos entender quando se trata de definir a EC, passo a tecer alguns comentários sobre a sua história e sua trajetória brasileira.

A EC surgiu nos Estados Unidos, sob a forma de curso livre da Universidade de Iowa, no final do século XIX. Desde então, os cursos se espalharam pelo território estadunidense sob vários formatos, dentro e fora das universidades.

Nas últimas décadas, os cursos de EC proliferaram também na Europa, não apenas no âmbito formal das universidades, mas também sob forma de cursos livres e oficinas literárias.

A trajetória da EC no Brasil não foi diferente dos outros países, embora tenha chegado aqui somente na segunda metade do século XX. Inicialmente, o caminho foi errático, as iniciativas, pontuais; e as formas da EC brasileira como modo de ensinar o fazer literário foram variadas. Desde escritores que consideravam importante compartilhar o seu “método de trabalho” com entrevistas, palestras e cartas, até aqueles que escreveram sobre o seu processo criativo, conforme palavras de Carolina Zupo Abed (Abed, 2021, v. 6, p. 8-40.).

Essas iniciativas informais se transformaram em oficinas literárias nos anos 1960-1970 e se aproximaram das universidades. Finalmente, nos primeiros anos do século XXI, as oficinas de EC ligadas às universidades se transformaram em cursos formais de graduação, mestrado, doutorado, pós-graduação *sensu lato* e especialização. Menção especial é devida ao Professor Luís Antônio de Assis Brasil, cuja oficina de EC funciona desde 1985 e motivou os cursos de graduação e pós-graduação criados na PUC-RS.

Essa passagem ligeira pela história da EC no Brasil é justificada pelo fato de se tratar de mero elemento informativo sobre a trajetória percorrida até estabelecer-se como disciplina em algumas universidades.

Este estudo não cuida da história da EC, nem do seu percurso nas universidades. A curiosidade decorreu de uma ausência (ou quase): por que não há iniciativas educacionais de EC como ferramenta para a educação básica? É certo que há muitas iniciativas pontuais e falaremos sobre algumas delas adiante; entretanto, é surpreendente que seja rara a utilização dos ricos instrumentos do fazer literário no letramento de jovens educandos.

ESCRITA CRIATIVA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: EXPERIÊNCIAS BRASILEIRAS

É com pesar que observo o desaparecimento das livrarias no Brasil, mas não com surpresa. Excetuados alguns casos específicos de livrarias de rua que se mantêm, vemos a extinção de muitas livrarias tradicionais. E por que a ausência de surpresa? Porque livrarias vendem livros, produto muito consumido em sociedades leitoras; o que não é o caso do nosso país. Leitura implica educação e escolaridade; leitura é habilidade que tem raízes entrelaçadas com outros aspectos da sociedade.

Isto é ilustrado pelo livro “A cabeça do brasileiro” de Alberto Carlos de Almeida, que oferece um panorama sobre a relação entre educação e sociedade. Trata-se de uma grande pesquisa, realizada com 2.363 pessoas nas cinco regiões do país, publicada em 2015, cujas respostas a determinadas perguntas foram relacionadas à escolaridade. As perguntas tratavam de política, economia e costumes. Na introdução, o autor apresenta um quadro resumo do pensamento do brasileiro, de acordo com a escolaridade.

Os dois extremos da mentalidade

Superior completo
Homem, jovem, morador da região Sudeste
ou Sul e de uma capital de estado

- Contra o “jeitinho brasileiro”
- Contra o “você sabe com quem está falando?”

Não completou o ensino médio
Mulher, idosa, moradora da região Nordeste
e de uma cidade que não é capital de estado

- A favor do “jeitinho brasileiro”
- A favor do “você sabe com quem está falando?”

- Contra tratar a coisa pública como se fosse algo particular, de cada um.
- Antifatalista, tende a não acreditar ou dar pouca importância ao destino
- Confia mais nos amigos
- A favor de que as pessoas colaborem com o governo no zelo pelo espaço público
- Contra a “lei de Talião”: olho por olho, dente por dente.
- A favor de comportamentos sexuais diversificados
- Contra a intervenção do Estado na economia
- Contra a censura

- A favor de tratar a coisa pública como se fosse algo particular, de cada um.
- Fatalista, tende a acreditar ou dar muita importância ao destino
- Confia menos nos amigos
- Contra o fato de as pessoas colaborarem com o governo no zelo pelo espaço público
- A favor da “lei de Talião”: olho por olho, dente por dente.
- Contra comportamentos sexuais diversificados
- A favor da intervenção do Estado na economia
- A favor da censura

(Almeida, 2015, p. 29).

O Professor Alberto Carlos de Almeida esclarece o quadro reproduzido retro:

No entanto, como a maior parte da população brasileira tem escolaridade baixa, pode-se afirmar que o Brasil é arcaico. Assim, a mentalidade de grande parte de sua população obedecerá às seguintes características: apoia o “jeitinho brasileiro”; é hierárquico; é patrimonialista; é fatalista; não confia nos amigos; não tem espírito público; defende a “lei de Talião”; é contra o liberalismo sexual; é a favor de mais intervenção do Estado na economia; é a favor da censura;

Óbvio, não? Não.

Não tão óbvio assim. Trata-se de probabilidades que valem para um amplo leque de questões (Almeida, 2015, p. 27-28).

O retrato da educação no Brasil, conforme apresentado pelos estudiosos citados neste trabalho, revela uma paisagem desoladora e motiva mais uma indagação: há justificativa para se refletir sobre EC no Brasil e sua utilização como ferramenta para a educação básica? Sim, há. Algumas experiências individuais realizadas por pioneiros, são relatadas adiante e mostram algumas possibilidades.

A LEITURA LITERÁRIA E A ESCRITA COM INTENÇÃO ARTÍSTICA NO PROCESSO DE LETRAMENTO LITERÁRIO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA (KERCHER, 2021. 165 p).

A autora analisou a promoção do letramento literário de turma de jovens e adultos da rede estadual de ensino, na cidade de Bagé-RS, em projeto realizado no segundo semestre de 2019. Ao final, considerou que a oficina apresentou bons resultados, permitiu que os participantes expressassem suas vivências por meio dos textos e, mais importante, a professora observou que houve intenção artística na produção textual.

O projeto terminou com a elaboração e divulgação de e-book com os textos dos alunos, os quais alcançaram protagonismo, na medida em que se tornaram “sujeitos” da sua expressão.

A ESCRITA CRIATIVA COMO FERRAMENTA PARA A EMANCIPAÇÃO DO ALUNO NO ENSINO BÁSICO. (CHAGAS, 2023)

O estudo apresenta, após detalhada fundamentação teórica, reflexões sobre a experiência em oficina literária denominada Clube de Escrita Criativa, para alunos dos anos finais do ensino fundamental, em escola de Porto Alegre, nos anos de 2021 a 2023.

A potencialidade da EC como libertadora e emancipatória foi ressaltada. Deixo de percorrer a complexa metodologia envolvida na consecução dos objetivos da oficina literária, por não coincidir com o objetivo deste estudo; entretanto, enfatizo a manifestação entusiástica

da autora quanto ao êxito da iniciativa e a necessidade de expandir o ensino da Escrita Criativa para além dos cursos superiores e das oficinas livres.

Vejam as próprias palavras da autora:

Para finalizar, acredito que o diálogo para a divulgação do potencial de emancipação do aluno pela Escrita Criativa no ensino básico acabe encontrando, em relatos de práticas de escrita bem-sucedidas, inspiração para a aplicação de atividades de EC em sala de aula. Esses, que podem ser tanto do ensino básico quanto do ensino superior ou até mesmo de oficinas livres, então, são peças importantes no processo de abordagem da EC para um ensino que valorize contextos e vozes até então invisibilizados. (CHAGAS, 2023, p. 49)

EDUCAÇÃO PARA A EMANCIPAÇÃO NA ERA DIGITAL: UM ESTUDO SOBRE AS FANFICS COMO RECURSO PEDAGÓGICO PARA A APRENDIZAGEM DE LEITURA CRÍTICA E ESCRITA CRIATIVA NO ENSINO MÉDIO. (Silva, 2019).

Para finalizar a amostra de utilização de EC na educação básica, acrescento a experiência de Meirylane Lopes da Silva em que empregou o gênero *Fanfiction* (*ficção de fã – histórias escritas sobre obras - livros, contos, filmes - de outros autores; utilizando o mesmo universo e personagens da história original*), como instrumento de letramento literário e digital.

Um aspecto interessante do trabalho foi aproveitar-se da própria característica da fanfiction, onde os leitores-fãs já escapam do papel de meros leitores-receptores e passam a protagonistas da história de outro autor, pois reescrevem a história da qual são fãs.

Esta foi uma pequena amostra das iniciativas de EC na educação básica, outras existem e corroboram o pressuposto de que a EC pode contribuir para mudar o educando e a própria educação.

A leitura dos trabalhos consultados para a fundamentação desta reflexão firmou minha convicção sobre a potencialidade da EC como ferramenta educacional para a educação básica. Acredito que o protagonismo adquirido pelo educando na oficina literária propicia, além de integração social, autonomia e responsabilidade pela sua ação (obra) dirigida ao grupo (leitores).

CONCLUSÃO: LER E ESCREVER O MUNDO

Ler o mundo não é uma tarefa complexa, todos o lemos, mesmo antes de qualquer letramento. Muito mais complexo é escrever o mundo, reorganizá-lo com a nossa cognição e recriá-lo para os outros, acrescentando algo da nossa própria criação; seja uma obra artística ou literária, um trabalho bem executado, um exemplo para os nossos filhos ou um legado para nossos netos. Todos temos a capacidade de oferecer algo que possa melhorar o mundo, pois possuímos as ferramentas necessárias: nossa psique, aí incluídas a cognição, as emoções, os sentimentos; e a linguagem necessária à comunicação, a qual deve ser aprendida e aperfeiçoada durante toda a vida.

Toda linguagem estabelece um diálogo entre o emissor e o receptor da mensagem; entretanto, a linguagem escrita possui características que qualificam tal diálogo. Por não necessitar da proximidade física (casos da comunicação oral e gestual), a escrita amplia o alcance da mensagem. O rigor da sintaxe confere precisão ao teor da mensagem e a possibilidade de fixá-la em um meio físico permite o diálogo com toda a História, pois surgiram juntas: a escrita e a História.

Quando escreve o mundo, o educando deixa de ser mero repositório de informações e se posiciona ante o interlocutor, deixa de ser passivo e realiza sua ação no mundo. Sua ideia pode transformar o mundo e quando isso ocorre, ele deixa de ser objeto e passa a cidadão-sujeito do mundo.

Acredito que a EC seja um caminho, não somente para a expressão, mas também para a construção do pensamento. Se o educando conta sua história com uma escrita repleta de significados (escrita enriquecida pela EC), ele é capaz de estabelecer um diálogo libertador, que lhe confere a autonomia para apresentar-se ao mundo e apresentar o seu mundo aos interlocutores; com suas próprias palavras e seus próprios pensamentos.

Espero que as poucas experiências de EC na educação básica se multipliquem e sejam um embrião para uma educação verdadeiramente transformadora, capaz de aprimorar a criatividade dos jovens e ensiná-los e, aprender com eles, a ler e escrever o mundo.

ALMEIDA, Alberto Carlos. **A Cabeça do Brasileiro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015. *E-book*.

AMABILE, Luís Roberto. Do que estamos falando quando falamos de Escrita Criativa. **Revista Criação & Crítica**, São Paulo, v. 28, p. 132-149, jan. 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-1124.i28p132-149>. Disponível em: www.revistas.usp.br/criacaoecritica/article/view/172813. Acesso em: 04 mar. 2024.

CHAGAS, Maria Rita Mendes Ribeiro. **A Escrita criativa como ferramenta para a emancipação do aluno no ensino básico**. 2023. Trabalho de Conclusão do Curso apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul para a obtenção do título de Licenciatura em Letras. Porto Alegre. 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/270372>. Acesso em: 04 mar. 2024.

CAROLINA, Zuppo. Presença da Escrita Criativa no Brasil, **Revista Revera- Escritos de criação literária (ISSN 2526-4966)**, v. 6, p. 8-40, 2021, v. 6, p. 8-40. 2021. Disponível em: <http://site.veracruz.edu.br:8087/instituto/revera/index.php/revera/article/view/136>. Acesso em: 04 mar. 2024.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 23. ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez (Coleção polêmicas do nosso tempo, v. 4), 1989. *E-book*.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. *E-book*.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013. *E-book*.

GRANDO, Diego. A Escrita Criativa no contexto do ensino de literatura: inovação pela prática. **In: Anais do X Congresso Ibero-Americano de Docência Universitária (CIDU)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018. Disponível em: <https://ebooks.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/cidu/assets/edicoes/2018/arquivos/215.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2024.

KERCHER, Daniela. **A Leitura Literária e a Escrita com intenção artística no processo de letramento literário na educação de jovens e adultos-EJA**. Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação Stricto sensu Mestrado Profissional em Ensino de Línguas da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial obtenção do Título de Mestre. Bagé, 2021. Disponível em: unipampa.edu.br. Repositório Institucional da Unipampa: página de busca. Acesso em: 07 maio. 2024

MIRANDA, Marília Gouveia, **Crise na Educação: a retórica conservadora**. Revista Retratos da Escola, v. 10, n.19, p. 567-579, jul/dez. 2016. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em: 05 de maio. 2024. Acesso em: 13 mar. 2024.

ROCHA, Cristina Nunes. NOVAIS, Ana Maria Pires e AVELAR, Kátia Eliane Santos. **Análise do desempenho da educação brasileira baseada nos indicadores oficiais PISA e IDEB**. LexCult : revista eletrônica de direito e humanidades. ISSN 2594-8261, v.4, n.3, set./dez. 2020, p.71-92). Disponível em: <http://revistaauditorium.jfrj.jus.br/index.php/LexCult/article/view/472>. Acesso em: 31 maio. 2024.

SEVERINO, A. J. Educação e cidadania: a educação brasileira e o desafio da formação humana no atual cenário histórico. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 2, p. 65-71, abr, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/dZ4HpbKmDMNZ9FKLMLd6rgq/> Acesso em: 15 abr. 2024.

SILVA, Meirylane Lopes, **Educação para a emancipação na era digital**: Um estudo sobre as fanfics como recurso pedagógico para a aprendizagem de leitura crítica e escrita criativa no ensino médio. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba em cumprimento ao requisito parcial para a obtenção do título de Mestre. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/16387>. Acesso em: 08 maio. 2024.

TAUFER, Aداuto Locatelli. Prática da escrita criativa na educação básica como alternativa aos processos engessados de produção textual no ensino médio: empoderamento do estudante com vistas à educação literária. In: TAUFER, Aداuto Locatelli et al;(org.). **Escrita criativa e ensino I: diferentes perspectivas teórico-metodológicas e seus impactos na educação literária**. Coleção Educação, 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2019. v. 5, p. 123-146.